

A agricultura orgânica e a agricultura familiar

Yara M. Chagas de Carvalho¹

O movimento de agricultura orgânica surgiu do envolvimento de especialistas em agricultura, com formação formal ou informal, em reação às transformações do modelo tecnológico baseado no uso de produtos químicos. Isto levou, ao menos inicialmente, à visão de que a transformação da realidade dependeria fundamentalmente da transformação gradativa do padrão tecnológico, sem considerar os limites e as potencialidades impostas pelo sistema econômico dominante. O marco conceitual do movimento vai, entretanto, se enriquecendo em diálogo constante com a realidade. Pode-se afirmar, pelo menos desde o encontro de Vignola (05/99), que a “agricultura orgânica coloca em prática o conceito de multifuncionalidade, incluindo a biodiversidade, o bem estar animal, a segurança alimentar, a produção orientada para o mercado, o desenvolvimento rural e aspectos sociais e de comércio justo. A agricultura orgânica é fundamental para o desenvolvimento rural sustentável e crucial para o desenvolvimento futuro da agricultura e da segurança alimentar global”. Neste sentido, a agricultura orgânica não difere do conceito de agroecologia.

A realidade atual sugere outra concepção e o movimento orgânico vem lutando pela estruturação dentro dos ideais em que foi concebido. Mas, na medida em que o interesse do consumidor cresce por este tipo de produto, que chega aos supermercados, uma “contra-revolução” se insere dentro do movimento. A crítica ao modelo hegemônico sempre deu ao orgânico um papel contestador, transformador, revolucionário. Hoje, através da comercialização indireta, impessoal é a lógica do mercado, do lucro, que está ameaçando transformar o movimento a partir de dentro tornando-o semelhante ao padrão contestado, afastando-o da sua ideologia.

O objetivo deste texto é o de analisar as perspectivas que se abrem para o movimento orgânico, em particular, frente ao crescente interesse do consumidor por produtos com esta qualidade. A hipótese fundamental é que a associação explícita do movimento orgânico com o da agricultura familiar deve levar ao fortalecimento de

¹ PqC do Instituto de Economia Agrícola-IEA-SAA-SP. Av. Miguel Stéfano, 3900. 04301-903 São Paulo, S.P. Fone: (11) 5073-0244 r.2389; Fax: (11) 5073-4062. yacarvalho@iea.sp.gov.br.

ambos, em termos da preservação de suas ideologias, criando melhores condições de inserção da agricultura familiar neste mercado². A identificação de parceiros entre movimentos tem que levar em consideração a capacidade de construir o objetivo comum.

A reação social a globalização da economia vem promovendo reuniões há dois anos em Porto Alegre, no Fórum Social Mundial. No primeiro encontro privilegiou-se os diagnósticos e as propostas de grupos ou indivíduos para superá-los. O “Movimento Campesino” internacional, do qual o Movimento Sem Terra é o representante brasileiro, enfatizou em plenária que o movimento da agricultura familiar no Brasil é segmentado, tratando isoladamente a questão de cada uma das minorias (gênero, índios e negros), a tecnológica (orgânica e não transgênicos) e a Reforma Agrária. Adotam o conceito de “soberania alimentar” que reconhece o direito de proteção tarifária aos produtos de origem agrícola fortalecendo a concepção de desenvolvimento local, cidades sustentáveis e segurança alimentar. A marca fundamental do segundo encontro foi o esforço de construção coletiva integrando grupos que não estavam dialogando. A presença do movimento ambientalista foi muito mais evidente e mais integrada às discussões gerais. O movimento sindical brasileiro assumiu repetidamente a abertura ao diálogo.

O desenvolvimento do tema proposto neste trabalho está baseado na definição de agricultura orgânica e familiar e da construção social para seu fortalecimento em São Paulo (Parte 1). Na parte 2 sugere-se a técnica de “Resolução de Conflitos” como um instrumento para integração dos dois movimentos apresentando uma proposta de “objetivo comum” para nortear a construção da relação entre os dois movimentos. A justificativa é o cenário de crescente exclusão dos agricultores familiares deste mercado, segundo evidências de um estudo feito entre produtores da Califórnia, Estados Unidos e, a crescente pressão do mercado em São Paulo, no âmbito da Associação de Agricultura Orgânica-AAO, pondo em risco a ideologia do movimento (Parte 3).

O papel da certificação como um instrumento de regulação do mercado pelo consumidor é fundamental na construção da argumentação e será feita na parte 4, na perspectiva do encadeamento produtivo orgânico.

² Não se trata pois do tema tão recorrente no Brasil da agricultura familiar como “locus ideal” (CARMO, 1996) da agricultura orgânica ou da importância como alternativa tecnológica viabilizadora da capitalização de agricultores familiares, como tem sido o enfoque do movimento agroecológico brasileiro.

A introdução de critérios de relações contratuais justas entre os agentes econômicos e sua transparência para conhecimento do consumidor será tratada na parte 5, na perspectiva de fortalecimento do papel regulador da certificação. O tema da parte 6 é a construção de relações diretas entre consumidores e produtores orgânicos e/ou familiares , como uma forma alternativa de estabelecimento de condições de troca, em particular o mercado solidário, onde se enfatizará a importância de alguma forma de regulação, para garantia do consumidor. .

O comprometimento social da certificadora de qualidade orgânica do produto como condição necessária e suficiente para viabilizar o estreitamento das relações entre estes dois movimentos sociais é discutida, retomando a proposta formulada de um objetivo comum para os dois movimentos, a luz do papel regulador da certificação.

1. A agricultura orgânica e a familiar

A denominação de agricultura orgânica compreende um conjunto variado de tecnologias e práticas agrícolas voltadas a enaltecer as condições particulares de cada ecossistema, na produção agropecuária. Isto significa dar atenção especial à manutenção das características físicas e químicas do solo, à produção livre de resíduos químicos e rica em micro nutrientes, à minimização do impacto da ação produtiva do homem sobre o ambiente, e às condições de vida dos trabalhadores. O movimento orgânico³ mundial se desenvolveu a partir dos anos 20, deste século. Em São Paulo o movimento se iniciou nos anos 70 e se organizou em torno de três diretrizes tecnológicas: da agricultura natural, biodinâmica e orgânica ,propriamente dita, acompanhando a estruturação do mercado internacional.

Em 1972 foi fundada a International Federation of Organic Agriculture Movements-IFOAM que é uma organização guarda chuva, democrática e representativa dos diversos movimentos de agricultura alternativa. Seu objetivo é o de servir de plataforma para trocas de conhecimento e informações no mundo, de forma cooperativa. Tem normas e

³ Segundo EHLERS (1994) se desenvolveu através dos trabalhos de compostagem e adubação orgânica realizados por Howard no Institute of Plant Industry na Índia, entre os anos de 1925 e 1930. Seus conhecimentos foram difundidos por Lady Balfour, na Inglaterra, que fundou a Soil Association e por Rodale, nos Estados Unidos, que desenvolveu experimentos em sua fazenda na Pensilvânia e iniciou a publicação da revista Organic Garden and Farm.

regulamentos definidos: Basic Standards of Organic Agriculture and Food Processing, revisto periodicamente. Através do seu programa de credenciamento reconhece a qualidade “orgânica “ da produção dos movimentos interessados e avalia a capacidade institucional das certificadoras e a transparência dos seus processos de trabalho. Desta forma, cria condições básicas de reciprocidade entre as diversas entidades e impulsiona o mercado orgânico internacional. Conta com 750 membros em 100 países (IFOAM,28/03/2000) A existência da IFOAM e sua importância na regulação do mercado levou os diversos movimentos de agricultura alternativa a se integrarem e adotarem a denominação orgânica.

No país, a Instrução Normativa 7 de 17/05/99 estabelece o que é o sistema orgânico de produção agropecuária e industrial como “todo aquele em que se adotam tecnologias que otimizem o uso de recursos naturais e sócio-econômicos respeitando a integridade cultural e tendo por objetivo a auto sustentação no tempo e no espaço, a maximização dos benefícios sociais, a minimização da dependência de energias não renováveis e a eliminação do emprego de agrotóxicos e outros insumos artificiais tóxicos, organismos geneticamente modificados-OGM/transgênicos, ou radiações ionizantes em qualquer fase do processo de produção, armazenamento e de consumo, e entre os mesmos, privilegiando a preservação da saúde ambiental e humana, assegurando transparência em todos os estágios da produção e transformação,”(Ministério da Agricultura, 1999)

A Instrução Normativa 7 e a Portaria 17 estabelecem as normas orgânicas de produção para produtos de origem vegetal e animal. Estrutura o “sistema nacional de certificação orgânica constituído de Colegiados Estaduais e o Nacional. Define que a certificação e o controle de qualidade orgânica serão realizados por instituições certificadoras credenciadas nacionalmente pelo Colegiado Nacional. Define que as certificadoras devem ser pessoas jurídicas, sem fins lucrativos, com sede no território nacional, com documentos sociais registrados em órgão competente da esfera pública. Define também padrão de procedimentos e de organização necessários para que os serviços prestados pela certificadora tenham a qualidade garantida. Este é o modelo que o movimento orgânico nacional desenhou e vem solicitando o envolvimento do poder público. Os fatos indicam que o movimento social pela agricultura orgânica entende que a inserção adequada do sistema orgânico no mercado convencional está além da capacidade de governança das certificadoras e dão ao estado o papel de regulamentar a

atuação do setor. Como o sistema ainda está sendo efetivamente implantado a organização do mercado orgânico brasileiro está ainda fortemente dependente do trabalho voluntário dos segmentos sociais interessados.

O comprometimento e associação do movimento com a agricultura familiar tem uma característica identificada na sua gênese de estar relacionada a profissionais da área e segmentos esclarecidos da população que contestavam o modelo da agricultura quimificada. O movimento em São Paulo tem a mesma origem mas assume características próprias a medida que alguns destes jovens idealistas, influenciados pela concepção da agricultura orgânica como um meio de capitalização para a agricultura familiar marginalizada, buscaram construir no seu em torno, uma alternativa econômica para estes produtores. Cerca de 80% dos produtores certificados pela AAO são familiares, de acordo com a definição abaixo.

Agricultura familiar é o conceito atual utilizado em substituição a denominações anteriores consideradas imprecisas como: pequeno porte, baixa renda ou camponesa. Define-se como agricultura familiar as unidades de produção agropecuária onde não há dissociação entre trabalho produtivo e gerencial. O conceito assume importância no Brasil associado ao movimento internacional⁴ que se estrutura para desenhar uma política para o seu fortalecimento, associada à reivindicação e à crescente estruturação do movimento sindical nacional que a representa.

A representação da agricultura familiar no estado de São Paulo está hoje dividida entre a Federação dos Trabalhadores Rurais na Agricultura-FETAESP, representante dos agricultores familiares; Federação dos Agricultores Familiares-FAF, ligada à FERAESP dissidência da anterior que assumiu a representação dos Trabalhadores Rurais Assalariados no Estado, o Movimento dos Sem Terra-MST e a Cooperativa de Comercialização Agropecuária-CCA, ligada a Cooperativa de Comercialização dos produtos da Reforma Agrária no Brasil-CONCRAB. Divergências ideológicas os separam mas, têm em comum o compromisso com este grupo específico de agricultores. Diferenças estão associadas às concepções e estratégias políticas definidas para atingir o objetivo de fortalecimento da agricultura familiar no Estado. Para estes movimentos de classe, a agricultura orgânica é um nicho de mercado que pode viabilizar a capitalização e consolidação de agricultores familiares.

2. “Resolução de Conflitos”: instrumento para integração dos dois movimentos

A aproximação destes dois movimentos neste momento é uma convergência histórica accidental mas vai se propor aqui que a técnica de “Resolução de Conflitos” (FISHER & BROWN, 1989) sugere uma estratégia para ser avaliada como forma de antecipar possíveis conflitos, criando melhores condições para construir a relação, respeitando a diversidade. Dois aspectos fundamentais a serem considerados são a explicitação das diferenças e a definição de um objetivo comum para estimular a construção da parceria através dos conflitos ideológicos que sempre os manteve distanciados. Eficiência na construção da parceria deve significar base futura de sustentação comum.

A construção da relação entre dois movimentos com orientações ideológicas tão distintas é um desafio. Seguindo os princípios básicos das técnicas de “Resolução de Conflitos”, o primeiro esforço deve ser o de caracterizar as diferenças entre os movimentos e, para isto, é necessário caracterizá-los para depois compará-los. O caminhar a partir deste ponto será negociado entre as partes, a partir do comprometimento com o objetivo comum.

O primeiro aspecto foi feito acima enfatizando a caracterização do movimento orgânico e de suas estratégias atuais, em particular da Associação de Agricultura Orgânica de São Paulo. Ao longo do texto se procura construir a justificativa e o âmbito em que esta integração deve ocorrer, enfatizando o papel da certificação como um instrumento de regulação social. As diferenças e as possibilidades de sua superação serão tratadas na parte final mas explicita-se desde já uma proposta de desenho de objetivo comum, como forma de orientar e incentivar a leitura.

O “objetivo comum” é o de criar condições para viabilizar a participação da agricultura familiar no mercado de orgânicos capacitando-os não só tecnicamente mas também na compreensão dos ideais do movimento, particularmente a preocupação com a preservação do ambiente natural, a organização de uma sociedade econômica e socialmente justa, e a garantia ao consumidor de um produto com qualidade nutricional e saudável.

⁴ CARVALHO, 1996; CARVALHO, ago 1999.

3. Exclusão da agricultura familiar: tendência do mercado orgânico

A expansão de mercado orgânico vem ocorrendo no exterior com antecipação e semelhante vitalidade ao que vem ocorrendo no Brasil, em São Paulo em particular, prenunciando a realidade atual. Esta defasagem permite que se conheça os efeitos concretos da expansão do mercado, sobre a proposta do modelo econômico e tecnológico idealizado e, que a partir desta realidade compreensível a todos os envolvidos no movimento, se possa construir coletivamente a estratégia de ação em busca da preservação de sua ideologia.

O crescente interesse do consumidor por produtos limpos e não degradantes do ambiente natural levou os Estados Nacionais, particularmente os europeus, a estruturarem o mercado de orgânico. A certificação desenvolvida pelo movimento social, através do sistema IFOAM, passou a competir com as normas técnicas definidas no âmbito do poder público e passaram a incorporar as exigências de procedimentos definidas na norma ISO 65. A falta de um padrão guarda-chuva único, reconhecido por todos os Estados Nacionais, é o estágio atual que cria barreiras desnecessárias para o perfeito funcionamento do mercado. Por outro lado, a introdução do padrão ISO veio trazer a necessária confiabilidade e agilidade ao mercado de produtos de qualidade.

O interesse do mercado, entretanto, não traz simplesmente um aumento da demanda por certificação que é o que os procedimentos ISO podem atender. Traz também a lógica das relações de troca desiguais e injustas, do ponto de vista social.

O encadeamento produtivo⁵ de orgânicos na Califórnia está entre os mais desenvolvidos do mundo. Seu estágio atual é um importante indicador da tendência que deve se reproduzir no Brasil.

Em artigo publicado pelo Small Farm (1999) foi divulgada uma pesquisa junto aos produtores orgânicos da Califórnia, realizada entre os anos de 1992 e 1995. Conclui que 2% dos produtores orgânicos certificados arrecadaram mais de US\$ 500.000 brutos por ano, detendo mais da metade do total de vendas na Califórnia. Menos de 3% de todos os produtores, receberam um sexto do total da renda (entre US\$ 250.000 e US\$ 500.000

⁵ Utiliza-se a denominação de encadeamento produtivo para enfatizar a interdependência do conjunto de agentes envolvidos com o processo orgânico de produção que trabalham em e com um dado ecossistema, a partir de cada um dos principais "sistemas de produção" identificados e constroem múltiplas redes de relações sociais e econômicas justas para agregação de valor e transformação destes produtos, até atender ao consumidor final.

brutos anualmente). No estrato mais baixo, dois terços dos produtores receberam menos de US\$ 10.000 brutos por ano associada a menos de 5 por cento de todas as vendas no estado. (Statistical Review of California's Organic Industry, 1992-1995, University of California Agricultural Issues Center, 1998).

O mesmo artigo cita uma reportagem de Mathew Patsky, de janeiro de 1997, da revista *Natural Foods Merchandiser*, que indica a tendência, tanto do setor varejista como do atacadista, à concentração: “consolidações, coalizões, e aquisições (“offerings”) foram temas comuns na composição dos negócios do que chamamos de categoria Vida Saudável. Na média, estas companhias, compostas de companhias de capital aberto, anunciaram quase 50 por cento de ganhos em 1997...Grandes negócios do setor orgânico , incluindo Pittsburgh's General Nutrition; Austin, Texas-based Whole Foods Market; e Wild Oats markets em Boulder, Colorado viram os preços de suas ações mais do que dobrarem durante o ano...Nos setores de processamento e fabricação de alimentos, uma tendência semelhante de consolidações pode ser identificada.

A AAO conta hoje com cerca de um mil e oitocentos associados sendo quinhentos atuantes, número este relativamente estável nos últimos anos, não acompanhando a expansão da produção. Tem hoje cerca de 500 produtores certificados totalizando cerca de 10.500 ha. certificados. Destes, cerca de 300 são produtores de hortaliças com uma área média de 2 ha., enquanto os produtores em conversão têm uma área ligeiramente superior 2,1 ha. Entre estes produtores existem proprietários e arrendatários. Esta atividade representa cerca de 58% do total de produtores mas somente cerca de 5% da área total certificada pela AAO. No que diz respeito as frutas, o número de produtores é da ordem de 80⁶ com área média de 5,3 ha mas quando se considera os que estão em conversão, observa-se uma expansão considerável da área para cerca de 35 ha. Era comum no início certificar um pé de fruta mas cada vez mais tende a se certificar pomares. O setor de frutas está se expandindo bastante mas ainda representa cerca de 15% do número dos produtores e ocupa 4% da área certificada. O outro produto importante entre os produtores certificados pela AAO é o café. Os produtores estão localizados principalmente em Minas Gerais e Espírito Santo. O setor é caracterizado por

⁶ Os números indicados não podem ser agregados. O que indica é que o número de produtores certificados pela AAO com hortaliças e/ou frutas não excede 380. A soma pode ser superior ao número total de produtores certificados porque um produtor pode ter as duas atividades.

uma forte relação entre associações de agricultores familiares com produtores de porte médio.

O selo para produtos processados é de 1997. Os produtos certificados pela AAO chegam hoje em cerca de 150 lojas, de seis cadeias de supermercado. Isto se reflete no crescimento acelerado da produção e da área certificada com frutas, legumes e verduras-FLV. Em dezembro de 1996 existiam 26 produtores certificados pela AAO, em dezembro de 2000 eram 350, definindo uma taxa anual de crescimento de cerca de 100% a.a..

Cerca de 80% dos produtores certificados pela AAO são agricultores familiares. Parte considerável destes desenvolvem horticultura, que está sendo comercializada através de empresas, para o supermercado. Duas das quatro maiores empresas atuando neste mercado são gerenciadas por antigos produtores orgânicos que participam há muito tempo da construção da AAO. Uma terceira, integrada à AAO já no quadro do mercado em expansão, produz grande parte do que comercializa e já optou por trabalhar com produtores de maior escala, dando justificativa econômica para isto.

A posição de intermediação entre um agente econômico em fase de fortalecimento no momento atual do capitalismo: o supermercado⁷ e os agricultores familiares de produtos perecíveis dá a estas empresas o difícil papel de ser guardião a cada momento e a cada decisão dos ideais do movimento frente à sua apropriação pela lógica econômica do capitalismo. Esta dificuldade pode ser melhor avaliada enfatizando que a escolha entre o ganho próprio e os ideais do movimento se colocam em cada decisão tomada diariamente por estas empresas. O supermercado, ao definir seu contrato com as empresas orgânicas, age reproduzindo o seu poder com relação ao setor convencional. Como as empresas orgânicas repassam aos produtores as condições obtidas nos contratos firmados os produtores ficam insatisfeitos com os termos da negociação. Olham para a empresa do movimento orgânico como a instituição responsável pelas precárias condições do contrato que ela lhes impõe.

Diante deste diagnóstico, duas estratégias podem ser vislumbradas. De um lado, cumpre valorizar e fortalecer canais diretos de comercialização e de outro torna-se imperativo conhecer e tornar transparente, a todos os elos do encadeamento produtivo orgânico, as condições contratuais. Para aqueles que efetivamente estão comprometidos

⁷ Green et al., 1997.)

com os ideais sociais do movimento, é necessário buscar definir melhores condições contratuais que garantam uma distribuição mais eqüitativa dos ganhos obtidos nas diversas etapas do processo de produção, até o consumidor final. Identifica-se assim a necessidade intrínseca do movimento de associar a certificação orgânica a de mercado justo, para que as contradições do capitalismo não se introduzam nas relações pessoais, entre atores econômicos do movimento, através da ligação com um agente externo: a rede de varejo.

O encadeamento produtivo orgânico de FLV vem tendo que passar por profundas transformações para se adaptar às novas estratégias dos supermercados. O Carrefour, por exemplo, contratou a cerca de um ano um engenheiro agrônomo com conhecimento do mercado de orgânico e passou a privilegiar a aquisição da produção diretamente dos produtores ou de suas associações para reduzir o poder de barganha do setor oligopolizado, através das empresas de comercialização. Sua prática com os produtos da agricultura convencional se estende para o orgânico. Os benefícios obtidos atualmente pelas associações de agricultores familiares podem desaparecer frente à expansão da produção em escala e a busca crescente dos supermercados de reduzir custos.

4. Certificação orgânica e o mercado

A luta do movimento orgânico para garantir a integridade dos seus ideais frente ao avassalador interesse do mercado deve ser compreendida pelo movimento brasileiro pela agricultura familiar como um esforço para continuar a garantir a sua inserção econômica no mercado de qualidade orgânica. Caracteriza-se como um movimento social de regulação do mercado.

A estruturação do mercado orgânico brasileiro baseada na Instrução Normativa 7 exige que qualquer certificadora orgânica no Brasil seja uma organização sem fins lucrativos, enquanto predomina internacionalmente a forma de empresas. Isto foi proposto visando garantir uma política de preço e de procedimentos de atendimento aos pequenos produtores, diferenciada. Já ficou, entretanto, evidente que esta exigência formal é facilmente contornada quando temos empresas estrangeiras se constituindo formalmente no país como entidades sem fins lucrativos.

A certificação representa um custo para os produtores e, desta forma, o mercado a transforma em um instrumento adicional de exclusão dos agricultores de baixa renda no

mercado orgânico, como consequência das suas estratégias de maximização de lucro. Se existe a possibilidade dela se transformar em um instrumento de inserção deste segmento de agricultores estará associada ao fortalecimento do movimento social que, em nome da ideologia do movimento cuidar para que a certificação se transforme em um instrumento de regulação do mercado subordinando a lógica do lucro aos seus ideais.

Uma vez mais, o caso da AAO pode contribuir para a compreensão da questão. O sistema de certificação orgânico está baseada em normas de conhecimento público que são constantemente aperfeiçoadas a medida que se amplia o saber sobre questões específicas e/ou se amplia o quadro social de participantes do movimento, trazendo novos conhecimentos e perspectivas. Neste sentido, as normas são construídas de forma participativa, mas não exclusivamente com os produtores e são da Associação de Agricultura Orgânica-AAO. Todo associado interessado pode sugerir mudanças que, para serem incorporadas, passam pelo crivo técnico e aprovação em Assembléia.

O processo de avaliação do cumprimento das normas é feito pela certificadora AAO-CERT, hoje um departamento da associação mas que, em cumprimento das exigências da ISO 65, tem que comprovar imparcialidade e neutralidade de todos os interesses econômicos existentes no âmbito da Associação. O sistema está baseado em inspeções programadas e surpresas. Além disto, todos os interessados do movimento ou participantes do mercado devem denunciar possíveis “não cumprimentos” que são avaliados de maneira abrangente, incluindo inspeção surpresa. O Conselho de Certificação é a principal instância reguladora. Avalia e acompanha todas as atividades certificadas. Os insatisfeitos com as decisões podem recorrer ao Conselho de Recursos. A composição destes dois fóruns é eminentemente técnica, envolvendo especialistas das diversas áreas de conhecimento. As questões que não constam das normas e que são consideradas como ferindo a ética do movimento são levadas ao Conselho de Ética. A experiência recente da AAO, em São Paulo, vem evidenciando a necessidade de que esta Comissão envolva cada vez mais consumidores interessados em garantir o cumprimento de suas exigências.

A expansão do mercado orgânico tem demonstrado a necessidade de fortalecer as atividades da Associação: fomento, pesquisa tecnológica, sócio-econômica e nutricional, organização institucional e mobilização cidadã, divulgação do movimento, aproximação com os consumidores, redes de comércio solidário, entre outros. As normas são o

principal instrumento de regulação do mercado mas sua efetividade depende do envolvimento dos interessados na sua formulação e cumprimento. Normas e fiscalização, mesmo que feitas dentro dos critérios de qualidade e eficiência associados ao padrão ISO não garantem o mesmo resultado que a transformação individual de valores integrados na construção de um movimento social transformador. Este é o desafio colocado para os movimentos orgânicos: ampliar a escala das atividades, sensibilizando e integrando novos cidadãos comprometidos com os ideais do movimento. Esta é a missão, ou função síntese da Associação: fortalecimento da sua capacidade reguladora através do crescente envolvimento de todas as categorias sociais interessadas na manutenção dos ideais do movimento orgânico.

A necessidade de crescente independência do Departamento de Certificação da Associação está definindo a necessidade de construção de novas instâncias de fortalecimento da capacidade de regulação do movimento orgânico AAO: o controle da Associação sobre as ações da certificadora. Definição de diretrizes de atuação, acompanhamento da execução além da estruturação dos procedimentos e instâncias onde associados possam encaminhar questionamentos sobre a atuação da certificadora.

A produção orgânica exige, portanto, alguma forma de organização complementar e reguladora do mercado, ao longo de cada uma das etapas do processo produtivo, desde a pesquisa até o consumidor final. É um mercado organizado através de agentes comprometidos com a qualidade do produto, preservação do ambiente e justiça social, expresso nas normas, e acompanhado por um grupo guardião desta ética que pode sempre questionar todos os agentes, em seu nome. Dito de outra forma, as normas são um código de ética que regula a organização econômica e social dos seus membros. É construída e aceita por todos os participantes e prevê o instrumento da certificação como a forma de acompanhamento contínuo para reconhecimento ou exclusão dos indivíduos pertencentes ao grupo.

Pode-se assim concluir que deixada ao mercado, a certificação orgânica tenderá a excluir os produtores com escala pequena quer seja por razões de custo do produtor quer seja pela lógica de máximo lucro da empresa certificadora que se beneficia da produção em grande escala.

A certificadora como um instrumento de regulação social voltado a garantir ao consumidor certas qualidades do produto é um instrumento da sociedade para definir seu

modelo de desenvolvimento, através do fortalecimento do movimento orgânico e da opção de compra do consumidor.

5. Mercado justo e ético como instrumento de “willingness to pay”

Para alguns, o comércio justo é uma forma de reduzir disparidades econômicas entre os países ricos e os periféricos estabelecendo canais alternativos de comercialização para produtos provenientes de processos produtivos preocupados com o desenvolvimento da comunidade e a qualidade do ambiente (INTERNATIONAL FEDERATION FOR ALTERNATIVE TRADE. Capturado 16/03/2000c).

Se esta consideração foi relevante nos primórdios do movimento e ainda está presente na atualidade há uma clara tendência, nos países desenvolvidos, a enfatizar que as mesmas relações de solidariedade podem ser desenvolvidas no interior dos países, pelo menos nos que apresentam o grau de heterogeneidade existente na sociedade brasileira.

Assim, evoluiu-se para uma definição mais geral: “o comércio justo tem como objetivo fortalecer a posição econômica dos produtores marginalizados nas cadeias produtivas. Suas normas estão em geral voltadas para garantia de preço, pré-pagamento, pagamento direto aos produtores.” No caso de agricultura patronal o conceito mais relevante é o do comércio ético: “visa garantir as condições básicas ao trabalhador, dentro das cadeias produtivas, eliminando as diversas formas de exploração do trabalho. Suas normas referem-se aos princípios fundamentais da Organização Internacional do Trabalho” (INTERNATIONAL FEDERATION FOR ALTERNATIVE TRADE. Capturado 16/03/2000c)

Diferentemente da estruturação do mercado orgânico internacional, não existe um padrão de normas universais para regular este comércio mas tão somente um “Código de Prática” subscrito por todos os membros (cerca de 60) da Federação para o Comércio Alternativo (IFAT), fundada em 1989. Em 1997 foi criada a Fairtrade Labelling Organizations International (FLO), uma instituição guarda chuva, no modelo da IFOAM, voltada à coordenação do registro, monitoramento e promoção das entidades voltadas ao comércio justo.

O benefício do selo social é visto em duas perspectivas: informa ao consumidor como o produto foi produzido, denominado de efeito “janela” e também lhe traz a possibilidade de expressar sua identidade social, denominado de efeito “espelho”. Sua identidade social

se expressa ao definir seu comprometimento com a qualidade de vida dos agricultores familiares ou daqueles produtores que cumpram ao menos a legislação trabalhista. Consumidores tem demonstrado interesse em associar a questão ambiental a social estando mais disposto a pagar por produtos que garantam estas duas qualidades

Dada as características de heterogeneidade da economia brasileira e paulista, que se manifesta através da alta disparidade de renda, é possível pensar em um programa de comércio justo para o mercado interno. Por outro lado, consumidores estão de forma crescente interessados em produtos de qualidade orgânica. Oferecer produtos com esta qualidade, convidando ao mesmo tempo o consumidor a exercer sua cidadania adquirindo produtos que garantam a família do agricultor a opção de viver da atividade agrícola, garantindo-lhes um nível de renda que não estimule o abandono da atividade e o êxodo rural ampliando o exercito de desempregados nas áreas urbanas, precisa ser testada na nossa realidade.

O modelo de desenvolvimento brasileiro, baseado na substituição de importações, foi construído com base nos preços baixos para os produtos provenientes da agricultura, visando garantir baixos salários e acumulação, na indústria emergente. A baixa rentabilidade da agricultura desempenhava assim seu papel liberando trabalhadores para a atividade industrial e determinando um baixo custo da alimentação da classe trabalhadora. Este modelo de desenvolvimento excludente transformou o Brasil em um dos países de maior disparidade de renda interna, associada pelo menos pelo censo comum à crescente violência.

O mercado orgânico-justo pode ser visto como um instrumento de política transformador desta realidade onde a sociedade se organiza para redefinir a importância da agricultura familiar e da produção artesanal com qualidade orgânica, optando por transferir parte da sua renda para manter este segmento da população produzindo produtos de qualidade que preservam o ambiente. É um exercício social de construção coletiva de valoração do patrimônio social e ambiental e do grau de envolvimento que se deseja ter na construção de uma sociedade mais justa e ambientalmente adequada.

Esta certificação, realizada por organização social comprometida em garantir que o mercado e os objetivos de lucro não esvaziem o produto orgânico de sua qualidade diferenciada é condição necessária para o sucesso da proposta. A condição suficiente é a

mobilização social em torno da proposta que depende da integração de movimentos comprometidos com o objetivo comum.

Torna-se assim imperativo associar ao produto orgânico o selo de qualidade social. Isto implica em conhecer e tornar transparente as condições contratuais, de todos os elos do encadeamento produtivo orgânico, inclusive o supermercado. Esta orientação é sugerida pela IFOAM ao movimento internacional como pode ser visto pela existência de material em seu site.

6. O mercado solidário e o encadeamento produtivo orgânico da agricultura familiar.

A economia solidária, segundo SINGER (2000), começou a ressurgir no Brasil na década de 80 mas tomou impulso crescente a partir da segunda metade dos anos 90, como resposta dos movimentos sociais à crise do desemprego, agravada pela abertura do mercado brasileiro ao comércio internacional. Na agricultura, surge através do Movimento dos Sem Terra que organiza diferentes tipos de cooperativas nos assentamentos. No setor industrial, assessores sindicais orientam trabalhadores a se organizarem na forma de cooperativas de produção para assim manter postos de trabalho ameaçados pela crise econômica. Como decorrência do movimento da Ação da Cidadania surge, em meados dos anos 90, as Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares, ligadas às Universidades, que dão apoio à população em geral para formação ideológica, constituição e gestão de cooperativas de trabalho e de produção. Várias outras iniciativas vão se reunindo a estas, fortalecendo a constituição de uma organização econômica paralela, fundada em princípios éticos, reguladores do mercado: as trocas solidárias.

Para Singer (2000) a economia solidária é uma criação em processo contínuo de trabalhadores em luta contra o capitalismo. É um modo de produção e distribuição alternativo ao capitalismo, criado e recriado periodicamente pelos que se encontram (ou temem ficar) marginalizados no mercado de trabalho.

Sua definição de economia solidária deixa de lado a motivação de resistência ética que o movimento da Aliança para um Mundo Responsável e Solidário enfatiza: “É importante destacar que o debate que alia o consumo à uma postura ética é muito recente, assim, ainda estão sendo construídos os fundamentos teóricos para sua definição. Nesta perspectiva de economia solidária, dá-se também à sociedade a

possibilidade de estabelecer mecanismos de regulação do mercado, principalmente através do seu voto monetário, como consumidor. Difere das estratégias baseadas no uso do selo porque cria uma economia paralela, “uma troca direta” enquanto o selo atua através do mercado.

A economia solidária como sistema econômico alternativo não é criação recente. Vem sendo ensaiada por países, cidadãos e pensada por socialistas e pode ser construída em todos os campos da atividade econômica.

Na perspectiva da Aliança para um Mundo responsável e Solidário, a questão é de ética e responsabilidade individual transformada em organização social para construção de uma economia paralela. Difere portanto do marco conceitual e ideológico da abordagem anterior.

No Fórum Social Mundial de 2002, no Seminário de Economia Solidária, estas duas tendências juntaram suas iniciativas para construção conjunta da economia solidária em resposta ao desafio de mudar o modelo centrado na acumulação e consumo ilimitados de bens materiais. Reunir esforços para despertar pessoas para a importância dessa questão. A proposta é fomentar pequenos grupos locais voltados ao atendimento solidário de suas necessidades, para o desenvolvimento de estratégias, estruturas e organizações interligadas globalmente. No âmbito produtivo e econômico promovem, apoiam e desenvolvem alternativas para superar o modo de vida e de produção capitalista, através de redes de colaboração solidária, em toda a cadeia produtiva.

É possível considerar que nas relações dentro da rede de economia solidária as regras de estruturação mercado nacional e internacional não necessariamente precisam ser observadas. De qualquer forma, é necessário construir um regimento interno estabelecendo como produtos com certa qualidade: orgânica, familiar, justo, ético vão ser devidamente identificados para o consumidor. Na reunião de formação da rede de economia solidária nacional no Fórum Social Mundial este tema ainda não foi tratado em profundidade.

7. Os desafios à integração do movimento orgânico com o da agricultura familiar.

Ao longo deste texto identificou-se a distinção fundamental entre o movimento pela agricultura familiar e o orgânico. O primeiro se baseou fundamentalmente em iniciativas que se estruturam com base na categoria social trabalhador. No âmbito da AAO, em São

Paulo, um projeto institucional fomentou o idealismo de jovens agrônomos produtores que desenvolveram projetos locais, como uma forma de capitalização para agricultores familiares que tradicionalmente produziam de forma convencional. Isto determinou o quadro de associados hoje existente.

O movimento pela agricultura familiar em São Paulo reflete um processo em construção que no primeiro momento separou a representação de trabalhadores assalariados (FERAESP) e de agricultores familiares (FETAESP). A importância política dos novos agricultores familiares nos assentamentos está associada a constituição de representação própria integrada ao movimento de luta pela Reforma Agrária (MST e CCA-CONCRAB). A criação da representação da agricultura familiar no bojo da organização criada inicialmente para representar trabalhadores rurais é um fato novo. O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar vem exercendo um papel importante na recomposição e articulação das entidades de representação deste segmento de produtores.

O objetivo proposto tem três aspectos fundamentais. O primeiro define o benefício ao agricultor familiar a partir de uma dimensão temporal imediata, como o foco das decisões. Isto determina que todos os movimentos que estejam dispostos a superar interesses institucionais, sempre que estes impeçam benefícios aos agricultores familiares, podem ser parte do processo de construção coletiva de uma nova articulação. Significa também um comprometimento com as condições imediatas de reprodução ampliada deste segmento de agricultores.

O segundo aspecto refere-se a proposta de construção conjunta de um modelo econômico e social alternativo baseado no padrão tecnológico da agricultura orgânica. Isto implica na criação de um “novo espaço” de articulação acessível as diversas entidades comprometidas com o processo de negociação coletiva. A primeira regra para participação seria a de aceitação da condição de ser participante: o objetivo comum. Pelo menos dois outros aspectos já teriam que ser considerados:

- A integração da agricultura patronal, conduzida dentro dos princípios do mercado ético (cumprimento da legislação trabalhista) e que desempenha importante papel de fomento no âmbito do movimento orgânico precisa ocorrer para envolver o movimento orgânico, pois este não tem um recorte de classe social;

- Os movimentos que lutam por um processo revolucionário de transformação da sociedade, seguindo os repetidos posicionamentos durante o Fórum Social Mundial de 2002, teriam que manter esta posição restrita aos limites das ações de suas próprias entidades. Na nova instituição articuladora, a proposta é construir lenta e gradualmente a transformação da sociedade para um novo modelo de sociedade, baseado na construção coletiva de uma nova ordem econômica paralela.

O terceiro aspecto a ser enfatizado no objetivo comum apresentado é o comprometimento com a qualidade orgânica do produto que tem que ser diferenciada da que está em processo de conversão para orgânico e que questões tecnológicas são definidas no âmbito do debate técnico, tendo o conhecimento universal, e as normas do movimento orgânico internacional, como base da decisão.

Este parece ser o espaço em que a convergência de interesses e possibilidades de integração com o movimento orgânico tem que se dar. Transformá-lo de potencial em efetivo é um processo árduo em que a explicitação das condições e a negociação do seu aprimoramento é o processo social possível e necessário.

A hipótese deste trabalho é de que o instrumento da certificação integrando o “Código de Práticas” do mercado justo e ético, sendo também utilizados para o fortalecimento das trocas na rede de Economia Solidária é condição necessária e suficiente para criar as condições de articulação entre os dois movimentos, com base no objetivo comum acima explicitado.

Como já foi salientado anteriormente, a certificação se faz a partir das normas que no caso da AAO estão abertas para revisão continuamente. Estabelecido o compromisso com o objetivo comum, as normas e os mecanismos de regulação da certificadora devem garantir as condições necessárias para seu cumprimento. A participação no Conselho Diretor e na Comissão de Ética garante a possibilidade de influenciar na formulação das suas diretrizes operacionais e no seu cumprimento, enquanto que o envolvimento de especialistas indicados para o Conselho de Certificação e de Recursos garantem o cumprimento das normas. A estrutura aberta e democrática garante a participação de todos os associados ao movimento orgânico do qual a certificadora é a parte operacional fundamental para inserção no mercado.

Tem-se que construir a solidariedade entre consumidor e agricultores familiares, produtores de alimentos saudáveis e saborosos que não degradem o ambiente,

revertendo o padrão nacional de acumulação que penaliza a agricultura através de preços baixos. O movimento orgânico nacional e suas certificadoras são elos importantes na viabilização do encadeamento produtivo orgânico da agricultura familiar. A preservação do caráter regulador da certificação vai depender do grau de integração da sociedade ao movimento orgânico acompanhando a expansão do mercado. Depende assim da integração de movimentos sociais: de consumidor e da agricultura familiar.

BIBLIOGRAFIA

- CARMO, Maristela S. A agricultura familiar como “locus ideal” da agricultura orgânica. *Agricultura em São Paulo, S.P.*, v.45, n.1, 1998.
- CARVALHO, Yara M. Chagas. O Desenvolvimento Social: novas perspectivas internacionais? *Informações Econômicas*, São Paulo, v.26, n.4, p.66-68, abr. 1996.
- _____. Agricultura orgânica e regulação social. IN: AMBROSANO, Edmílson. Porto Alegre, 1999.
- _____. & KUHN, Vera Lucia. Agricultura Familiar no Estado de São Paulo: política e condições econômicas. *Informações Econômicas*, São Paulo, v.29, n.8, p.15-51, ago.99.
- EHLERS, Eduardo. A agricultura alternativa.: uma visão histórica. *FIPE, Estudos Econômicos*, v.24, 1994.p. 23-262.
- FISHER, R. & BROWN, Scott. *Getting together: building relationships as we negotiate*. Penguin Books, 1989.
- GREEN, R. et al. Relações Verticais e Coordenação no Sistema Alimentar. IN: Conferência Internacional..., Itália 12/13 junho, 1997 (mimeo)
- INTERNATIONAL FEDERATION FOR ALTERNATIVE TRADE. Fair Trade Definitions. (online) Disponível <http://www.ifat.org/fairtrade-defin.html>. Capturado 16/03/2000a)
- INTERNATIONAL FEDERATION FOR ALTERNATIVE TRADE. IFAT Code of Practice. (online) Disponível <http://www.ifat.org/what-code.html>. Capturado 16/03/2000b)
- INTERNATIONAL FEDERATION FOR ALTERNATIVE TRADE. Milan Conference Report. (online) Disponível <http://www.ifat.org/fairtrade-res-milan1.html>. Capturado 16/03/2000c).
- SINGER, Paul. *Economia Solidária*. São Paulo, Vozes, (2000)

Resumo

Este trabalho tem o objetivo de analisar as perspectivas que se abrem para o movimento orgânico, em particular, frente ao crescente interesse do consumidor por produtos com esta qualidade. A hipótese fundamental é que a associação explícita do movimento orgânico com o da agricultura familiar deve levar ao fortalecimento de ambos, em termos da preservação de suas ideologias, criando melhores condições de inserção da agricultura familiar neste mercado.

Argumenta-se que a certificação é um instrumento de regulação social construído de forma democrática e participativa dentro das entidades do movimento orgânico e que, respeitadas as diferenças de cada movimento, é possível conceber um objetivo comum orientador da negociação necessária para construção de uma entidade focada no atendimento prioritário a agricultores familiares e na construção de um modelo de desenvolvimento socialmente justo e ambientalmente adequado, viabilizado através da participação efetiva do , determinado a efetivamente a pagar por isto.

ABSTRACT

This paper analyses the new challenge of the organic movement, in particular Associação de Agricultura Orgânica-AAO in São Paulo, due to the increasing demand for these products. The main assumption is that the integration of this movement with the rural labor movement oriented to the empowerment of family farmers, shall lead to the empowerment of both, in terms of their ideology and also creating better market conditions for family farmers.

It is argued that certification is an instrument for social regulation, crafted through democratic participation within the organic movement and is the necessary and sufficient condition to integrate both movements properly. Considered the differences, it is possible to conceive a common goal needed to orient negotiation in crafting a “new institution” consolidating priority to attend family farmers. Consumers’ effective “willingness to pay” in fair trade is crucial for gradual transformation of the Brazilian development model towards social justice and environmental adequacy and is a striking force bringing the two movements together.